

Conclusão

O objetivo da presente dissertação foi analisar a correlação entre política nuclear, desenvolvimento econômico e projeção internacional, estabelecida por três governos brasileiros, a saber, Geisel, Sarney e Lula. A hipótese geral trazida era a de que a política nuclear, inserida numa agenda mais ampla de desenvolvimento científico e tecnológico, tornou-se, nesses três momentos da história do país, um instrumento para a realização do interesse nacional, dentro de um paradigma globalista ou autonomista de política externa. Considerando, entretanto, as especificidades de cada regime - uma ditadura militar, um governo de transição e uma democracia consolidada, as conjunturas doméstica e sistêmica de cada momento, e o caráter processual da produção do conhecimento, buscou-se identificar os traços de continuidade e descontinuidade entre os três casos.

Como instrumental analítico, fez-se uso das contribuições de Suzan Strange, que identifica a tecnologia como a forma assumida por uma das fontes de poder estrutural da economia política internacional, a saber, a de conhecimento, que é exercida pela negação. Para a compreensão do sistema internacional foram utilizadas as contribuições de Lênin e Gilpin sobre a dinâmica de ascensão e queda de potências caracterizando o ambiente de competição e assimetria de poder entre os Estados. De Gilpin, também foram absorvidas suas análises de que, num âmbito de competição entre potências ascendentes e declinantes, a detenção do conhecimento tecnológico converte-se numa vantagem comparativa do ponto de vista econômico, podendo ser convertida em poder político.

Considerando a dificuldade de operacionalizar o caso brasileiro somente com base nas contribuições desses autores sobre potências ascendentes, somamos a esse debate aquele sobre países intermediários, conceito que permite com mais facilidade a inserção das decisões políticas dos Estados em desenvolvimento mais avançado para movimentarem-se no cenário descrito. Finalmente, como pano de fundo das relações internacionais, debatemos a chamada Revolução Científico-Técnica, ou Terceira Revolução Industrial, a partir da qual a ciência torna-se definitivamente força produtiva. Assim foi possível dar corpo à percepção de Strange de que

conhecimento é poder na economia política internacional e que para um Estado que pretenda uma maior inserção e participação externa, a aquisição dessa fonte torna-se imprescindível.

O argumento que trouxemos é o de que é nesse caso que o Brasil se insere.

Quando da análise do governo Geisel, a hipótese trazida foi a de que aquele período marca a vinculação da agenda de C&T àquela estratégica, convertendo-a em política de Estado. Nesse contexto, em meio a uma conjuntura de crise do petróleo e distensão nas relações entre os EUA e a URSS, o tema nuclear assumiu preponderância em nível estatal, justificado por argumentos econômicos – de suprimento energético – e, sobretudo, político-estratégicos, para um país cujo projeto nacional estava sintetizado na divisa “Brasil – grande potência”.

Nesse sentido, pela complexidade e dualidade embutidas na tecnologia nuclear, sua aquisição tornou-se meio para o alcance daquele fim. Tecnologia nuclear passou a simbolizar, então, prestígio internacional frente aos países desenvolvidos, diferenciação nacional frente aos demais países em desenvolvimento, capacitação energética e industrial e aumento da autonomia relativa, já que o objetivo último do país à época era a detenção de *know-how* na área, principalmente para o enriquecimento urânio. Vale dizer, desde o acordo com a *Westinghouse* para a construção de Angra I, o Brasil havia lavrado sua opção pela geração de energia nucleoeletrica por reatores a urânio enriquecido e água leve.

A recusa norte-americana em dar continuidade à parceria nuclear nos moldes almejados pelo país e a ascensão de novos Estados no mercado exportador de tecnologia nuclear criaram as condições para que o Brasil, em 1975, assinasse o “acordo do século” com a RFA. Apesar da magnitude, a parceria não permitiu ao Brasil alcançar o tão almejado *know-how*, uma vez que a tecnologia transferida, de caráter experimental, não se demonstrou competitiva. Nascia, nesse momento, o Programa Nuclear Paralelo, através do qual o país realizaria tal objetivo.

A parceria com a RFA nasce num contexto mais amplo de diversificação das parcerias externas do Brasil que se afastava do alinhamento norte-americano, sem, contudo, romper com esse. Tratava-se, pois, da assunção de uma postura pragmática

em que políticas interna e externa confluíam para a realização do interesse nacional. Como marca definidora desse período, está a ambigüidade com que a opção brasileira é vista.

Atesta Wrobel que a própria natureza ditatorial do regime encerrava o país na condição de país “não responsável”, percepção materializada no rechaço internacional – principalmente norte-americano - à opção autônoma feita pelo país. EM que pesem as declarações oficiais contidas no acordo com a RFA de que os fins pretendidos eram pacíficos e a assinatura do acordo tripartite entre Brasil, RFA e AIEA submetendo os sítios e pesquisas nucleares provenientes do acordo às salvaguardas internacionais, não há, nesse período, a preocupação em dissipar suspeitas sobre o caráter dos objetivos nacionais, aprofundadas em razão do Programa Paralelo.

Essa será marca definidora do tema na gestão Sarney. Para a análise desse governo, foi trazido como hipótese o argumento de que a matéria nuclear é inserida, nesse momento, numa pauta mais ampla de recuperação da credibilidade internacional do país. Como traço de continuidade, ela mantém-se como política de Estado, sendo parte do interesse nacional de valorização e melhor inserção internacional do país. Todavia, as mudanças de regime incidem sobre os caminhos para a realização do mesmo, que passaram agora pela mudança da imagem externa do país, reconciliando-o com os valores ocidentais de democracia (principalmente) mas também liberalização econômica. Também o tema nuclear torna-se meio para o alcance desse fim, mas, se antes o interesse nacional se traduzia em autonomia para o desenvolvimento interno e inserção internacional, agora se somam a esses dois objetivos aquele da credibilidade externa e, para isso, o aspecto mais ambíguo com que a tecnologia nuclear aparece no regime militar é redefinido.

Como medidas para a realização dessa nova interface do interesse nacional, o governo Sarney compromete constitucionalmente as atividades nucleares do país com finalidades pacíficas, cria o MCT – consolidando a relação do tema nuclear e com o escopo mais amplo de capacitação científica e tecnológica do país - e, no âmbito regional, aprofunda as relações de cooperação com a Argentina – que na prática se iniciaram com Figueiredo. Por fim, quando do alcance da tecnologia para o

enriquecimento do urânio, torna público o Programa Paralelo, fundindo-o com o Oficial.

A conclusão a que chegamos nesse capítulo é que, apesar das medidas políticas adotadas para valorizar e redimensionar o Programa, a própria conjuntura de crise da dívida impediu uma contrapartida financeira para fomentar o Programa. Como reflexos, a construção das usinas de Angra II e III, partes do acordo com a RFA, foram sucessivamente postergadas tendo sido a primeira inaugurada somente em 2000, e a segunda suspensa pelo governo seguinte, por tempo indeterminado, no seio do desmonte do PNB.

Ainda vinculado à agenda de C&T, no governo Lula, a particularidade do debate nuclear é o casamento verificado entre investimentos políticos e econômicos para a revitalização dessas atividades. Essa é a hipótese trazida para análise desse período. Após uma década de desaceleração da agenda de C&T e a suspensão do Programa Nuclear, o tema reaparece com Lula envolto naqueles argumentos que lhe deram vida nas décadas de 1970 e 1980. Quais foram, a percepção de que a excelência científica e tecnológica é pré-requisito para um desenvolvimento interno com maior autonomia; que a matéria nuclear pelo grau de complexidade tecnológica possuída permite tal projeto e ainda confere prestígio ao país que a possui; que essa perspectiva pode ser alcançada quando internacionalmente as atividades nacionais na área inspiram confiança.

Sobre esse pano de fundo, e inserido num mesmo paradigma globalista que orienta a elaboração da política externa dos períodos anteriormente analisados, o governo Lula diversifica suas parcerias na área de C&T o máximo possível e, no âmbito interno, inicia a revisão do Programa Nuclear, que, como exposto no capítulo 5, tem claramente um viés político-econômico estratégico, sem ambigüidades que levem a se pensar numa mudança de comportamento rumo a uma postura bélica.

Esse governo se aproveita do conhecimento adquirido em 50 anos de pesquisa nuclear no país para argumentar a importância da retomada do Programa. Em que pese a existência de um Programa de atividades nucleares, o Pnan, o que se defende é a conversão do tema em questão nacional, como o fora antes, garantindo assim durabilidade e um direcionamento de projetos e recursos. Para além disso, argumenta-

se em defesa do patrimônio existente – o Brasil detém todo o ciclo combustível do urânio em que pese a realização de duas dessas a fases ainda fora do país -, bem como pela necessidade de diversificar a matriz energética nacional com vistas a diminuição da vulnerabilidade externa do projeto de desenvolvimento do país. No longo prazo, está o interesse em lançar o país no restrito mercado exportador de urânio enriquecido, uma vez que a tecnologia detida consome menos energia no processo de produção.

Concluimos, então, que como traço de continuidade desse governo em relação aos outros dois está a percepção de que o tema de C&T, e aquele mais específico nuclear, é um aspecto fundamental para a realização do interesse nacional dentro de um paradigma globalista de política externa. Nesse sentido, deve ser convertido em política de Estado, estando mais ou menos a salvo das variações ideológicas de governo a governo. Como particularidade, o governo Lula, pela herança recebida na matéria e pelas conjunturas política e econômica interna favorável, realiza o casamento entre vontade política, investimentos financeiros e confiabilidade externa, assuntos dispersos até aqui.

Assim, da análise, na longa duração da política nuclear brasileira, o que percebemos como traço constitutivo é a sua aproximação à pauta de C&T, sendo entendida como uma fonte de poder estrutural para a realização do interesse nacional. Tangenciando o paradigma realista clássico, para o qual fundamentalmente poder é igual a recursos militares (bélicos) e econômicos, o tema nuclear aparece na política nacional como um recurso de poder anterior mesmo a esses dois, uma fonte estrutural, que qualifica o país no alcance das demais. Entretanto, pela trajetória vista, o interesse é muito mais aquele político-econômico estratégico, do que militar-bélico.

Deve-se ter em mente a dualidade intrínseca à matéria nuclear e mesmo reconhecer que uma mudança de padrão de comportamento em direção a uma postura internacional bélica depende em larga medida das opções políticas de um governo, de seus objetivos de longo prazo. Todavia, concentrar a discussão nuclear no Brasil em torno de temas como a construção de uma bomba atômica, além de errôneo - porque não há quaisquer motivações nacional, regional ou internacional que direcionem o

país para esse caminho e a tradição política nacional depõe contra uma tendência como essa – esvazia o enorme debate sobre política externa e crescimento político-econômico internacional do país, que baliza, a nosso ver, a trajetória da política nuclear brasileira. No âmbito teórico-conceitual, limita o debate sobre as relações de poder, encerrando-a no paradigma realista, não percebendo a multiplicidade de aspectos que traz para a compreensão das relações internacionais contemporâneas, que mais do que nunca, extravasam o debate clássico sobre poder coercitivo e coesivo.

Por último, recuperando uma ressalva feita na introdução sobre os objetivos do trabalho, dizíamos que, apesar do interesse em comparações entre o comportamento do Brasil na área com o de outros PI, elas extravasariam o escopo da presente dissertação de mestrado. Por isso, em continuidade ao debate aqui realizado, propomos como tema para trabalhos futuros uma análise comparada entre a política nuclear brasileira e a iraniana. Considerando a proximidade temporal com que ambos os governos anunciaram o interesse em retomar seus programas nucleares, valeria analisar as condicionantes que permitem ao Brasil uma contrapartida externa positiva aos seus objetivos, ao passo que sobre o Irã recaíram suspeitas de que os interesses pretendidos extravasavam o âmbito pacífico (energético e tecnológico) indo ao encontro de um programa nuclear para fins militares. Revendo conceitualmente a definição de PI (para que se possa trabalhar como Brasil e Irã), conviria analisar as razões pelas quais dois países de porte médio, reivindicando a execução de um programa nuclear com autonomia tecnológica, recebem contrapartidas externas tão distintas. Consideramos que as chaves para responder a esse questionamento estão na consideração simultânea de aspectos domésticos da trajetória política que percorreram, bem como daqueles geopolíticos.